

Rodrigo Vasconcelos Coêlho de Araújo

FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DE DECISÃO JUDICIAL

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-5291-9

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro - 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

A663 Araújo, Rodrigo Vasconcelos Coêlho de.
Fornecimento de medicamentos através de decisão judicial./
Rodrigo Vasconcelos Coêlho de Araújo./ Curitiba: Juruá, 2015.
212p.

1. Medicamentos – Legislação. 2. Direito à saúde. 3. Poder
Judiciário. I. Título.

CDD 342 (22.ed.)
CDU 342.7

000082

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1 – NEOCONSTITUCIONALISMO E DIREITO BRASILEIRO	27
1.1 Breve Introdução ao Neoconstitucionalismo	27
1.2 Fundamento Normativo do Neoconstitucionalismo	35
1.3 Fundamento Metodológico do Neoconstitucionalismo	45
1.4 Fundamento Organizacional do Neoconstitucionalismo	51
1.5 Neoconstitucionalismo no Brasil: Considerações Críticas	55
Capítulo 2 – DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	59
2.1 Direitos Fundamentais: Breves Considerações	59
2.2 Direitos Fundamentais Sociais: Algumas Particularidades	67
2.3 Políticas Públicas: Conceito e Principais Características	76
2.4 Controle Judicial das Políticas Públicas e Direitos Sociais	83
Capítulo 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO DIREITO BRASILEIRO	87
3.1 Jurisdição Constitucional e Conceito de Saúde	87
3.2 O Sistema Único de Saúde – SUS	94
3.3 Princípios do Sistema Único de Saúde – SUS	99
3.4 A Política Nacional de Medicamentos	105
Capítulo 4 – RESERVA DO POSSÍVEL E SEPARAÇÃO DOS PODERES	109
4.1 A Reserva do Possível no Direito Brasileiro	109
4.2 Reserva do Possível x Mínimo Existencial	121
4.3 Reserva do Possível x Proibição do Retrocesso Social	127
4.4 A Separação dos Poderes e a Perspectiva Dialógica	133
4.5 A Perspectiva Dialógica e a Resolução 31/10 do CNJ: os Núcleos de Assessoria Técnica (NAT’S)	138
Capítulo 5 – ALGUNS PARÂMETROS AO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DE DECISÃO JUDICIAL ..	145
5.1 Breves Considerações	145
5.2 Análise da Urgência da Demanda	147
5.3 Prescrição por Médico Integrante do SUS	151

5.4	Hipossuficiência Econômica do Paciente.....	156
5.5	Medicamentos Sem Registro na Anvisa.....	160
5.6	Medicamentos Sem Indicação em Bula (<i>Off Label</i>).....	165
5.7	Limitações da Utilização das Ações Coletivas.....	168
CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS	187
ÍNDICE ALFABÉTICO	201